

ABR - JUN | 2021

BOLETIM DO ECONOMISTA

BOLETIM DO ECONOMISTA

FORTALEZA-CE
2021

EXPEDIENTE

COMISSÃO EDITORIAL

Silvana Maria Parente Neiva Santos - Coordenadora

Allisson David de Oliveira Martins

Álvaro Martins de Carvalho Filho

Desirée Custódio Mota

Fábio Castelo Ponte de Araújo

José Ibiapina Alencar Andrade

Henrique Jorge Medeiros Marinho.

José Wanderberg Rodrigues Almeida

Ricardo Eleutério Rocha

PERIODICIDADE DA PUBLICAÇÃO

Trimestral

IDIOMAS

Só serão aceitos artigos escritos em português.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Os artigos deverão ser encaminhados até o dia 10 do último mês da edição em formato arial 12, contendo no mínimo 5000 e no máximo 15 mil caracteres.

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Vanêssa de Sousa Madeira

AUTOR CORPORATIVO

Conselho Regional de Economia da 8ª Região - CE

Avenida Antônio Sales 1317 - SALA 102

CEP: 60135-101

Joaquim Távora - Fortaleza - CE

PRESIDENTE: Ricardo Aquino Coimbra | **VICE PRESIDENTE:** Silvana Maria Parente

Neiva Santos | **CONSELHEIROS EFETIVOS:** Allisson Martins, Anderson Bezerra, Desirée Mota, Fábio Castelo Branco, Izabel Colares, José Ibiapina, Marcos Matos Brito, Ricardo Coimbra, Silvana Parente e Vicente Ferrer. | **CONSELHEIROS**

SUPLENTE: Álvaro Martins, Darla Lopes, Francisco José Bezerra, Heloisa Aquino, José Wandemberg, Ricardo Eleutério, Reges Daniel, Rogério Fontenelle e Zaira Caldas Oliveira. | **DELEGADO ELEITOR EFETIVO AO COFECON:** Vicente Ferrer |

DELEGADO ELEITOR EFETIVO AO COFECON: Zaira Caldas Oliveira.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
DA CIDADE DE FORTALEZA, TERRA DA LUZ, O QUE ESPERAMOS EM 2040?	07
A NECESSIDADE DE UM NOVO ACORDO SOCIAL PARA INVESTIMENTOS ESG: UMA REFLEXÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA.	10
A DIVERSIDADE CULTURAL COMO ATIVO	14
CICLO DA VIDA E DAS FINANÇAS	17
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA MUNDIAL E O PAPEL DO SETOR ELÉTRICO	20

APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Economia – CORECON-CE tem a satisfação de apresentar a edição do segundo trimestre de 2021 do Boletim do Economista.

Nesse momento, o Brasil está acelerando o processo de vacinação de toda a população no sentido de imunizar e combater o enfrentamento da pandemia, diminuindo o caso de pessoas infectadas e o número de mortes. Com isso, a economia está voltando a recuperação com o gradual retorno das atividades econômicas de forma presencial, híbrida ou remota.

Já se fala na terceira onda a partir de agosto, mesmo diante de várias tipos de vacinas que estão chegando a exemplo da: Pfizer, Astrazeneca/Oxford, Coronavac, Jonhson&Johnson, Sputnik e Covaxin .

A crise da saúde também tem nos mostrado que além de afetar a economia de uma maneira geral, a criatividade das pessoas e dos negócios se faz necessário para o bem estar da sociedade. Desde março de 2020, as pessoas que podem pagar pelo acesso tem encontrado consolo e resiliência em filmes, séries, espetáculos de música, teatro e dança. Aumentaram os investimentos na economia criativa, tornando em 2021 o ano internacional da economia criativa para o Desenvolvimento Sustentável.

Mas para que as pessoas possam pensar num futuro promissor há uma necessidade de planejar suas finanças e parar de trabalhar apenas para pagar as contas. Investir uma parte dos recursos levará a no futuro ter uma aposentadoria digna e de qualidade.

E para minimizar as perturbações econômicas globais que a crise da Covid-19 trouxe para a vida das pessoas e para os negócios, as grandes multinacionais e governos de todo o mundo dedicaram poderosas quantias de dinheiro para contrabalançar os efeitos sócioeconômicos da crise.

Um das prioridades para todos no contexto da COVID-19 deve ser a saúde e proteção social. Seguida por colocar de volta a economia nos trilhos, mas que agora dever realizada de uma forma consistente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A transição energética e o papel do setor elétrico vem sendo amplamente debatida e discutida pelo fato das elevações das temperaturas globais poderem ocasionar em um futuro próximo danos irreparáveis à natureza e à sobrevivência humana. E a transição energética apresenta-se como solução urgente frente às mudanças climáticas globais.

Pensando em tudo isso o CORECON-CE trouxe o debate para a sociedade, contextualizando o que a Cidade de Fortaleza, Terra da Luz, pensou e está planejando com a sociedade. O Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) coordena o Plano Fortaleza 2040, que foi construído com a participação da sociedade e surgiu com intuito de planejar a longo prazo a cidade.

O plano tem como principal objetivo a transformação de Fortaleza em uma cidade mais acessível, justa e acolhedora; o incremento da oferta de oportunidades apoiadas pela boa ordenação da rede de conexões de seus espaços públicos e privados; e a obtenção de controle eficiente do seu crescimento econômico.

Nesse Boletim Econômico são apresentados os seguintes artigos:

- Da cidade de Fortaleza, Terra da Luz, o que esperamos em 2040? – Desirée Mota.
- A necessidade de um novo acordo social para investimentos ESG: uma reflexão em tempos de pandemia - Haroldo Rodrigues.
- A Diversidade Cultural como Ativo - Luis Carlos Sabadia.
- Ciclo da Vida e das Finanças – Marcos Venicius Gondim .
- Transição Energética mundial e o papel do setor elétrico - Paula Meyer Soares.

Agradecemos a todos os economistas e profissionais que contribuíram de forma voluntária para qualificar esse debate. Boa leitura!

Desirée Mota

Conselheira Efetiva e Organizadora da Comissão Editorial

Silvana Parente

Vice Presidente

Ricardo Coimbra

Presidente



DESIRÉE CUSTÓDIO MOTA

Conselheira Efetiva do Corecon-Ce e
Mestre em Economia pela UFC.

DA CIDADE DE FORTALEZA, TERRA DA LUZ, O QUE ESPERAMOS EM 2040?

A Fortaleza que conhecemos hoje começou a se formar em 1654, em torno do forte Nossa Senhora de Assunção, após os holandeses serem expulsos e, somente em 1726, tornou-se uma vila.

A cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, tem uma história oriunda dos moradores nativos (os índios) e os europeus. Os índios usavam as praias como pontos de comércio com os europeus, já os portugueses usaram a costa como ponto para construção de fortes que tinham a função de acabar com o comércio entre os índios e os demais europeus. A produção de charque e algodão geraram a riqueza necessárias para a consolidação da cidade como líder entre todas as outras regiões. Ao longo dos anos, Fortaleza passou por grandes mudanças urbanas, entre melhorias e o êxodo rural, chegando em 1910 a sétima cidade em população. E ao final dos anos 70, começa a despontar como um futuro polo industrial do Nordeste com a implantação do Distrito Industrial de Fortaleza.. E no final do século XX, a cidade passa por diversas mudanças estruturais com a abertura de várias avenidas e despontando como um dos principais destinos turísticos do Nordeste e do Brasil.

Alguns pontos históricos podemos citar : A coluna da hora – A Praça do Ferreira sempre foi um lugar de encontros do centro de Fortaleza.; O Estoril –

Durante a II Guerra Mundial era um cassino para os oficiais dos EUA ; A Ponte Metálica foi o Porto de Fortaleza, até a década de 1960; O Hotel Excelsior no centro de Fortaleza foi um dos hotéis mais famosos da Cidade; O hotel Lord, edifício São Pedro, . O Prédio foi construído em 1951 e era conhecido como o “Copacabana Palace Cearense”.

Fortaleza fez 295 anos de existência no dia 13 de abril. Conhecida como Terra da Luz, por suas belas praias de paisagens exuberantes e um pôr do sol de tirar o fôlego. Nas praias, você pode surfar, nadar, praticar mergulho e outras atividades . O seu litoral é vasto com as seguintes principais praias: Porto das Dunas, Praia do Cumbuco, Águas Belas, Morro Branco, Praia da Lagoinha, Praia de Mundaú, Canoa Quebrada e Jericoacoara.

Fortaleza é uma cidade formada por pessoas que vieram do interior, O êxodo rural foi muito forte, essas pessoas vieram para capital de Fortaleza em busca de oportunidades de trabalho e melhoria na qualidade de vida. A seca no interior também foi um dos fatores que acelerou esse processo.

Com a vinda dessas pessoas, iniciou-se um processo de grande desigualdade e acessibilidade física. Enxergando tudo isso, a Prefeitura de Fortaleza resolveu elaborar um plano que vai guiar o crescimento de Fortaleza. O Plano foi entregue a Cidade em dezembro de 2016. Teve uma ampla participação da sociedade civil com a elaboração coordenada pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) com a execução técnica da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC/UFC).

O Plano Fortaleza 2040 tem como principal objetivo a transformação de Fortaleza em uma cidade mais acessível, justa e acolhedora; o incremento da oferta de oportunidades apoiadas pela boa ordenação da rede de conexões de seus espaços públicos e privados; e a obtenção de controle eficiente do seu crescimento econômico.

Sua concepção se deu diante da necessidade de dotar Fortaleza de um plano de longo prazo, que estabeleça uma visão de futuro, aponte estratégias na superação dos desafios e detalhe um conjunto de ações, metas, responsabilidades e custos no seu alcance, sem descuidar de propor o seu modelo de gestão e governança, condição essencial para que se consolide como um plano de estado a ser adotado por sucessivas gestões da Cidade até a sua consecução

O projeto denominado de Fortaleza 2040 é um plano de desenvolvimento urbanístico, econômico e social que irá orientar as ações

públicas e privadas na Capital nos próximos 25 anos. É uma iniciativa da Prefeitura de Fortaleza com apoio da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura da Universidade Federal do Ceará (UFC). A ideia é que gere um Plano Mestre Urbanístico, um Plano de Mobilidade e um Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para a Capital com estratégias a serem implementadas em curto, médio e longo prazo. Esses planos contam com a participação popular. E isso é fundamental para que os governantes que virão não descartem o que foi elaborado.

Criar uma cidade acessível, sem diferenças para nenhum grupo, de maneira democraticamente acessível e mostrando que esse crescimento tem mais benefícios, mais resultados e mais justa. Um desejo de justiça social.

Um dos exemplos que o Fortaleza 2040 deve prever é o Centro de Fortaleza. A ideia é reabilitar a região, sem acabar com o comércio. Além das lojas, criar vida noturna e inserir a administração pública.

O Plano visa atingir as metas até 2040. Ao todo são sete eixos que guiam as ações a serem realizadas:

- Equidade Territorial, social e econômica
- Cidade conectada acessível e justa
- Vida comunitária, acolhimento e bem-estar
- Desenvolvimento da cultura e do conhecimento
- Qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais
- Dinamização econômica e inclusão produtiva
- Governança municipal

No Plano do Fortaleza 2040 estão previstas algumas medidas voltadas para o fortalecimento do empreendedorismo e do mercado de trabalho. Um dos vieses é referente a capacitação profissional. E para que tudo isso seja alcançado há uma necessidade do plano ser revisado, monitorado e avaliado, para saber se o objetivo está sendo atingido.

Esperamos que com todo esse planejamento de curto, médio e longo prazo a nossa Cidade cresça e se desenvolva de uma forma mais justa e igualitária. Reforçamos a necessidade da sociedade civil se apropriar de todo esse planejamento e se engajar na sua realização juntamente com a iniciativa privada. Voltamos a dizer que esse plano é para a Cidade de Fortaleza.

**HAROLDO RODRIGUES**

Sócio Fundador da Investidora IN3 NEW B CAPITAL S.A.,
Ex-presidente da FUNCAP e ARCE.

A NECESSIDADE DE UM NOVO ACORDO SOCIAL PARA INVESTIMENTOS ESG: UMA REFLEXÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA.

Muitos questionam por que a crise do COVID-19 tem acelerado o mundo? Porque houve uma nova e enorme perturbação econômica global. Em resposta, num espaço curtíssimo de tempo, grandes multinacionais e governos de todo o mundo dedicaram poderosas quantias de dinheiro para contrabalançar os efeitos socioeconômicos da crise.

Isso está acontecendo exatamente quando uma ação urgente deve ser tomada para ajudar a evitar o bloqueio do mundo em mudanças climáticas catastróficas. A primeira prioridade para todos no contexto da COVID-19 deve ser saúde e proteção social, seguida por colocar a economia de volta nos trilhos - mas agora deve ser feito de modo que seja consistente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A tendência é amiga do investimento. Em tempo de pandemia, os ventos favoráveis criados pela tecnologia e as tendências geográficas são fundamentais para os resultados dos negócios: uma empresa que se beneficia desses ventos favoráveis tem quatro a oito vezes mais probabilidade de chegar ao topo da economia, dados da McKinsey.

Antes de 2020, era fácil perder de vista as tendências de longo prazo em meio as oscilações de curto prazo. Porém, os anos de 2020 e 2021 aceleraram

a percepção do que seja longo prazo, é um bom exemplo que há momentos em que a natureza e a direção dessas tendências se tornam mais claras.

Hoje, por exemplo, a tecnologia está proporcionando avanços surpreendentes, nunca antes experimentados.

Os líderes empresariais e os seus investimentos precisam repensar onde e como competir, e também devem cooperar na elaboração de um novo acordo social que ajude os indivíduos a lidar com mudanças tecnológicas disruptivas centradas nas pessoas e nos seus territórios.

Essa agenda social restou mais clara agora. Vive-se a maior crise de sustentabilidade do século 21, onde o mundo constatou a importância da interconexão e interdependência, ao mesmo tempo, como somos vulneráveis. Nada como uma exposição e exacerbação diária dos impactos da desigualdade em muitas regiões. No Brasil, somos 14 milhões que moram em favelas, periferias, comunidades, tribos e territórios explorados por alguns setores da grande indústria.

O mal estar decorrente da ferida exposta induz um novo aprendizado centrado na narrativa de uma competição compartilhada, bem como na necessidade crescente de cooperação. Essa direção contém desafios, mas também grandes oportunidades.

Como as mudanças nas expectativas dos consumidores e da sociedade afetarão seus modelos de negócios? Uma boa pergunta para os investidores que entenderem as mudanças em andamento e que as converterem num impulso positivo para seus negócios.

Como identificar essas oportunidades? Repito, a pandemia acelerou tudo! Percebem-se espaços nos quais forças interagem de modo mais concentrado e onde a direção das reações em curso é clara. São espaços, leia-se negócios, centrados nas pessoas, no ambiente e nas condutas de governança nos quais a “temperatura” da inovação é alta.

Até porque a equação dos recursos naturais do mundo está mudando conforme a tecnologia aumenta a produtividade dos recursos. Vive-se um olhar ético aos gargalos e necessidades sociais e ambientais.

Qual a capacidade do mundo de sustentar bilhões de pessoas emergindo da pobreza, comendo mais proteínas, dirigindo automóveis que emitem toneladas de carbono diariamente?

Engajar-se para entender e valorizar os fatores sociais nas avaliações de

crédito corporativo e investir diretamente em resultados positivos por meio da emissão de títulos sociais são dois caminhos pelos quais os investidores de renda fixa podem agir como parte de uma resposta global à crise atual.

A tecnologia tem transformando a produção de recursos. Avanços em análises, automação e Internet das Coisas, junto com inovações em áreas como ciência de materiais, já estão se mostrando uma grande promessa na redução do consumo de recursos.

Porém, não estamos apenas sendo invadidos por tecnologias, mas vivendo uma explosão de consumo com valor compartilhado, agregando mudanças sociais e financeiras. As pessoas estão buscando mais benefícios positivos, a noção de entrega de valor do negócio está mudando. Além disso, o conceito de competição também estão mudando: conforme as redes interconectadas de parceiros, plataformas, consumidores e fornecedores se tornam mais importantes do que o lucro, vivencia-se uma revolução do ecossistema de negócios.

A tecnologia está se combinando de novas maneiras, basta que se veja, por exemplo, a tendência exponencial voltada para os carros elétricos, compartilhamento de viagens, carros sem motorista e as comunicações de veículo a veículo, investimento reunido para rapidamente reduzir o peso do automóvel e os seus impactos negativos, mudar os padrões de direção e melhorar a utilização dos carros. É bom que se diga que tal tendência resultará num achatamento da demanda global por petróleo e que até 2025, haverá um cenário plausível em relação à adoção de tecnologias de veículos não poluidores e uma grande desaceleração do consumo de plásticos.

Por incrível que pareça, a pandemia tem nos apresentado a maior oportunidade de todas e, provavelmente, apontado as maiores necessidades da humanidade pós-contemporânea.

À guisa de ilustração, veja o impacto que o movimento Black Lives Matter gerou no planeta, em plena pandemia, após a morte de George Floyd por um policial de Mineápolis, nos Estados Unidos. Os investidores estão começando a perceber o papel que o investimento deve desempenhar para acabar com o racismo sistêmico, bem como ajudar a promover a igualdade de remuneração, melhor tratamento dos funcionários e igualdade social.

Ainda há uma lacuna muito grande na agenda social das empresas no Brasil. O senso é de urgência. Há pressa em elaborar um novo acordo social

onde se garanta futuro mais brilhante para todos, nos seus territórios de atuação. O momento é propício e a direção dos investimentos estão escancarados.

Os valores éticos são caros e devem ser preservados para superar as forças que minam o ESG como lugar de uso comum – aliás, é intolerável. Devem, isso sim, impulsionar a prosperidade e corrigir a desigualdade e assimetria social e ambiental.

**LUIS CARLOS SABADIA**

Administrador, pós graduado em Gestão Cultural.

Trabalha com Gestão Cultural e Projetos.

É presidente da Câmara Setorial da Economia Criativa.

A DIVERSIDADE CULTURAL COMO ATIVO

O ano de 2021 foi declarado o Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável na 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas. A implementação do Ano é liderada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

Nas palavras da ONU, "O Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável não poderia acontecer em momento mais oportuno. A pandemia da COVID-19 paralisou a economia criativa. Desde a criação, passando pela produção e distribuição, e chegando até o acesso, nenhum envolvido na cadeia de valor criativa foi poupado de seu impacto. A crise da saúde também revelou e agravou as vulnerabilidades pré-existentes no setor da cultura. Muitos artistas e profissionais da cultura não apresentaram os requisitos necessários para receber os auxílios sociais e econômicos que salvaram os trabalhadores de outros setores. Embora estejamos mais do que nunca consumindo conteúdo cultural online, os artistas e os trabalhadores da área criativa raramente têm recebido uma remuneração justa por nossos cliques e visualizações."

A crise da saúde também tem nos mostrado o quanto a criatividade é essencial para o nosso bem-estar – para a nossa sobrevivência. Em 2020 e 2021, as pessoas – que podem pagar pelo acesso - tem encontrado consolo e resiliência em filmes, séries, espetáculos de música, teatro e dança. Essa

valorização das artes torna 2021 o momento exato da história para celebrar e investir na economia criativa.

Importante ressaltar que no Brasil, as atividades culturais e a economia criativa, geram 2,64% do PIB brasileiro, e no Ceará 1,8% do PIB, segundo estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN.

A garantia de acesso à diversidade de nossos bens culturais, para aqueles que não podem pagar por este acesso, deve vir dos orçamentos anuais dos governos para a cultura, complementados com os recursos que são disponibilizados através das legislações de incentivo à cultura, quer sejam leis estaduais, como no caso do Estado do Ceará, através de empresas que recolhem ICMS (até 2% do valor recolhido), ou federal, através de empresas que pagam IRPF (4% para empresas que pagam sobre lucro real).

O Governo Federal, no entanto, na contramão deste importante Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável, volta a uma discussão dos anos 90, com questionamentos a um preceito constitucional. A Constituição, em seu artigo 215, afirma que *“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.”*

Além de não ter orçamento direto para a cultura, hoje o Governo Federal insiste em querer celebrar a paralisação do nosso maior instrumento de financiamento à cultura, a Lei Federal de Incentivo à Cultura, a Lei Rouanet.

Em dezembro de 2021, a Lei Federal de Incentivo à Cultura, a Lei Rouanet, completará 30 anos. Nestas quase 3 décadas foram captados e investidos mais de R\$ 21 bilhões, consolidando uma parceria da iniciativa privada na construção de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da Cultura Brasileira. São 13 mil empresas patrocinadoras e quase 14 mil proponentes de projetos culturais.

São projetos que mantêm museus abertos e vivos, ensinam música e dança para crianças de comunidades carentes, materializam livros, promovem as mais diversas manifestações culturais, ajudam a restaurar nosso patrimônio edificado, preservando-o às futuras gerações. São projetos geradores de emprego e renda.

O relatório sobre os Impactos Econômicos das Atividades Culturais contempladas pela Lei de Incentivo à Cultura, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, em 2018, aponta que de cada R\$ 1,00 investido por patrocinadores, retornam R\$ 1,59 para a sociedade. A repercussão positiva da

Lei sobre a economia brasileira foi de R\$ 49,8 bilhões, concluiu o estudo.

Todos estes números sobre os projetos culturais, patrocinadores, quem paga e quem recebe, quem é beneficiado, todas estas informações, são públicas, garantindo transparência. Estão acessíveis a todos os interessados no acompanhamento desta política pública, através do sistema VerSalic.

Hoje temos mais de R\$ 477 milhões em patrocínios que não podem ser acessados porque os projetos aguardam decisões administrativas da *Secretaria Especial da Cultura, do Governo Federal*, órgão que substituiu o extinto Ministério da Cultura.

Assistimos a um misto de desinformação, indisposição e preconceito. Argumentam, de forma fútil, que a legislação beneficia grandes e famosos artistas, quando na verdade a legislação é para proporcionar o acesso, principalmente daqueles que não podem pagar.

Todas as legislações e políticas públicas podem e devem ser sempre atualizadas e melhoradas e nós, que fazemos parte desta política pública, estamos abertos ao debate no campo da racionalidade.

É fundamental manter o ecossistema cultural em funcionamento, ativo e pleno, para todos nós, individualmente, e para a nossa coletividade enquanto país. É algo fundamental para balizar um Brasil contemporâneo.

A diversidade cultural brasileira é um ativo incomensurável. Junto com o nosso meio ambiente compõem nossa maior força enquanto País. Não podemos perdê-los.

REFERÊNCIAS

Ano Internacional Economia Criativa UNESCO :

<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/culture-development-brazil>

Pesquisa FIRJAN : <https://www.firjan.com.br/economiacriativa>

Pesquisa FGV : <https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/pdf.pdf>

Dados sobre os incentivos federais à cultura : <http://versalic.cultura.gov.br>

Lei Federal de Incentivo à Cultura : <http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/>

Lei Estadual (Ceará) de Incentivo à Cultura :
<https://www.secult.ce.gov.br/mecenas/>



MARCOS VENICIUS GONDIM

Especialista em Consultoria Empresarial e Finanças, mestre em La Vision Territorial y Sostenible del Desarrollo pelo instituto Interuniversitário de Desarrollo Local da Universitat de Valencia - Espanha. Atuação em Consultoria e Instrutoria.

CICLO DA VIDA E DAS FINANÇAS

Você seria capaz de responder de imediato a seguinte pergunta: Você vive para quê?

- Alguns poderiam responder da seguinte forma:
- Vivo para aproveitar a vida.
- Vivo para fazer o que gosto.
- Vivo para curtir a família.

Porém a realidade é que grande parte da população vive para pagar as contas. Acordam mal-humoradas, seguem para o trabalho chato, e quando voltam para casa à noite é um desânimo. Tudo gira em torno do trabalho e de pagar as contas. Se sua vida é essa você está na "Corrida dos Ratos".

Se você já leu o livro Pai Rico, Pai Pobre de Robert Kiyosajki, certamente sabe um pouco sobre o conceito da "**Corrida dos Ratos**".

Essa corrida é similar à vida daqueles ratinhos de laboratório que ficam correndo naquela rodinha de metal dentro de gaiolas sem parar, completamente alucinados para chegar a lugar nenhum.

Você trabalha para pagar as contas. Assim que recebe mais dinheiro, acaba gastando mais aumentando o custo de vida e logo se vê sem dinheiro

precisando trabalhar mais para ganhar mais aí o ciclo se repete. É um ciclo sem fim, pois todo o dinheiro que você ganha é usado para sustentar a sua vida e não é usado para seu crescimento.

O ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1985, Franco Modigliani definiu um modelo de "Ciclo da Vida Financeira" partindo do pressuposto de que as pessoas, em geral, seguem um padrão de acumulação de patrimônio.

Segundo o modelo as pessoas começam sua vida financeira por volta dos 20 anos de idade quando passam a ganhar seu primeiro salário, cheia de planos buscando a afirmação dos seus objetivos e com grande capacidade de poupança e investimento. Mais ou menos por volta dos 30 anos elas entram no estágio de maior aceleração profissional com as promoções e ganhos salariais, o que leva paralelamente a isso a uma aceleração também na construção patrimonial junto com as responsabilidades da construção da família e no aparecimento dos filhos. Por volta dos 40 a 50 anos, as pessoas começam a ficar meio conservadoras, com foco maior na preservação do patrimônio já acumulado até aqui. Chamamos esse período de "juventude financeira" onde o grande objetivo é acumular riqueza.

Após essa fase entramos no que costumamos falar de "meia-idade" que vai dos 50 aos 65 anos onde a curva de crescimento da renda começa a apontar para baixo. Depois dos 65 anos vem à aposentadoria que deveria ser o período de "uso-fruto" onde deveríamos começar a aproveitar do que foi construído ao longo da vida.

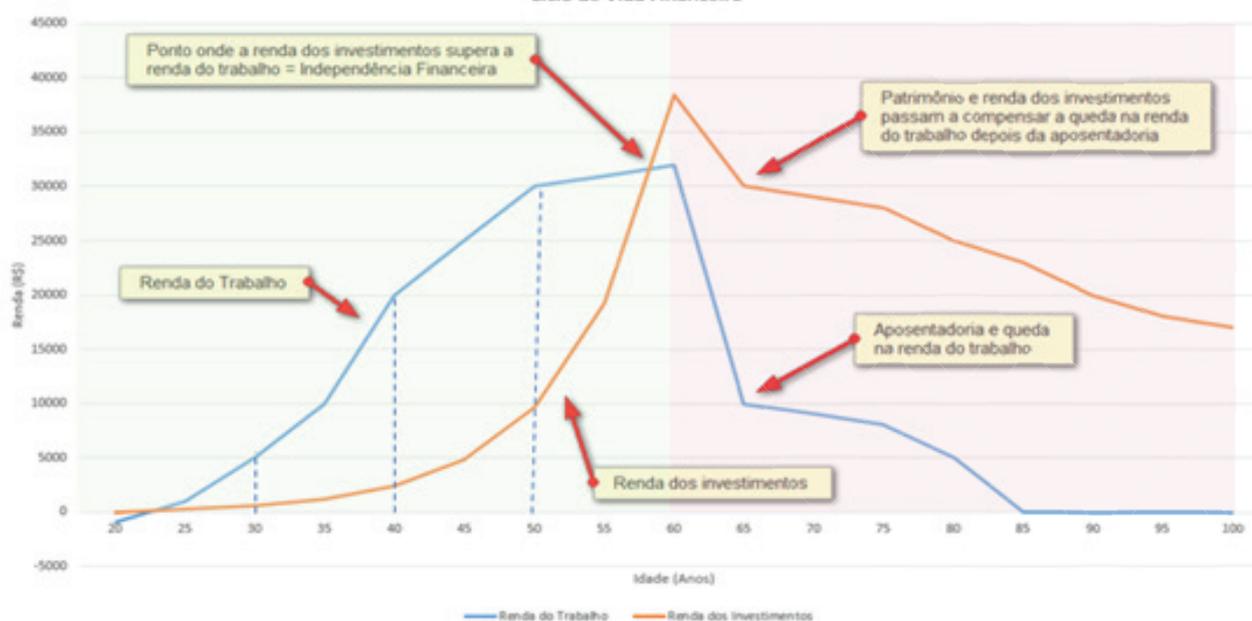
O modelo do nosso Prêmio Nobel pressupõe que as pessoas possuem 40 anos de vida produtiva e que nesse período o cidadão deveria acumular um patrimônio suficiente para manter o mesmo padrão de vida por mais 15 anos depois da aposentadoria.

No Brasil pesquisas mostram que 57% dos brasileiros não fazem nenhuma economia pensando na aposentadoria. Devemos nos lembrar de que a renda do trabalho tende a zerar depois da aposentadoria. Portanto devemos ter uma reserva para alimentar a renda dos investimentos para garantir a liberdade financeira na aposentadoria.



Curva da Vitalidade Financeira

Ciclo de Vida Financeiro



O gráfico acima representa o que seria uma situação ideal de quem consegue guardar parte do que ganha com o objetivo de fazer uma reserva para garantir a independência financeira na aposentadoria.

A linha azul representa ao aumento da renda gerada pelo trabalho com o passar dos anos. A linha laranja representa o crescimento da renda passiva desse cidadão, originada pela aplicação das reservas orçamentárias.

Em algum momento a curva laranja irá ultrapassar a curva azul. É nesse ponto que a pessoa atinge a sua independência financeira.

Esse modelo foi criado para dar uma visão geral dos estágios da conexão das etapas da vida e das finanças. Mas o mundo real não é tão certinho como o modelo pressupõe.

Se até agora você perceber que seu estágio do ciclo de vida e das finanças não está encaixado nesse padrão não se desespere, pois no mundo das finanças pessoais assim como a vida, as coisas tendem a ser mais difíceis quando a gente começa tarde.

O jogo é daqui em diante. O que vou poder fazer?

“A grande riqueza da independência financeira não é ter mais dinheiro, é ter mais liberdade de escolha.”

Marcos Venicius Gondim – MV



PAULA MEYER SOARES

Doutora em Economia pela FGV-EAESP.
Professora do Curso de Engenharia de Energia (UNB),
Especialista em Economia da Energia, Regulação.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA MUNDIAL E O PAPEL DO SETOR ELÉTRICO

A preocupação com o futuro do planeta constitui em uma temática que vem cada vez mais sendo debatida e discutida por especialistas, ambientalistas, governantes, organizações não-governamentais e de certa maneira vem sendo pré-requisito para a ocorrência de diálogo entre as nações.

De fato o aquecimento global decorrente do aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) preocupa a todos. A elevação das temperaturas globais podem ocasionar em um futuro próximo danos irreparáveis à natureza e à sobrevivência humana.

Dentro desse contexto, o setor energético é responsável pela emissão de $\frac{3}{4}$ dos poluentes que provocam a elevação das temperaturas mundiais. Diante do exposto, a adoção de medidas que freiem tais emissões na atmosfera se faz necessária.

A transição energética apresenta-se como solução urgente frente às mudanças climáticas globais. A descarbonização¹ das matrizes energéticas das nações mundiais exige a modernização e aplicação de instrumentos regulatórios para a flexibilização de seus sistemas energéticos, afim de que possam alcançar metas de sustentabilidade energética. As iniciativas nacionais e internacionais de transição energética estão contidas no estudo.

1- A descarbonização tem implicações de remover ou retirar o excesso de carbono emitido ou gerado de uma determinada atividade produtiva.

A transição energética significa modificar as estruturas do setor energético global em busca de uma matriz energética de carbono zero até metade deste século (IRENA, 2018). A redução a níveis aceitáveis de emissões de poluentes originários de unidades produtoras de energia elétrica atividades industriais e redes de transporte depende de ações coordenadas e políticas mundiais de controle de emissão desses gases de efeito estufa que não o CO₂. Por outro lado, são necessárias medidas que diminuam a velocidade do desmatamento, da emissão de poluentes nos rios e mares de modo a arrefecer as previsões futuras de elevação da temperatura do planeta para os próximos anos.

Segundo a Agência Internacional de Energia (IEA), a demanda energética mundial até 2024 poderá crescer a uma taxa anual de 2,1% e por isso a necessidade de desenvolvimento de tecnologias energéticas limpas e eficientes.

Todos os caminhos viáveis para uma economia de baixo carbono e de um líquido de emissões de CO₂ zero exigem um enorme incremento no papel da energia elétrica. A manutenção da temperatura global abaixo dos 2o Celsius, requer uma profunda transformação no sistema global energético que é amplamente baseado em recursos de origem fóssil.

A transição energética vê na expansão do uso das fontes renováveis a solução para o alcance dessas metas climáticas e de produção a nível mundial. Desde os anos 2000 o Brasil vem adotando medidas de fomento e de expansão do uso de fontes de energia renováveis de modo a atender o compromisso firmado dos acordos internacionais de proteção ao meio ambiente e de convenções climáticas.

Recentemente o Brasil participou da Reunião de Cúpula do Clima cujo objetivo era o de discutir as mudanças climáticas e seus efeitos na sustentabilidade do planeta. Na ocasião vários representantes de governo reviram suas ações e políticas relativas à emissão de GEE e novos marcos e acordos foram assinados.

O Brasil é um dos países que possui uma das matrizes energéticas mais limpas e renováveis do mundo. Cerca de 46,1% da oferta interna de energia no Brasil é decorrente do uso de fontes renováveis de energia. Comparado com os países da OCDE e mundo, essa participação é de 10,8% e 13,9% respectivamente. (EPE, 2020)

Em 2019, as emissões antrópicas² associadas à matriz energética brasileira atingiu 419,9 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (Mt CO₂-eq), sendo a maior parte (193,4 Mt CO₂-eq) gerada no setor de transportes. (EPE, 2020)

Apesar do Brasil ter uma matriz energética renovável e limpa, comparativamente a intensidade de carbono na economia brasileira equivale a 33% da economia chinesa, 56% da economia americana e 88% da economia da União Europeia. Para cada tep disponibilizado, o Brasil emite o equivalente a 74% da União Europeia, 67% dos EUA e 49% da China. O setor elétrico brasileiro emitiu, em média, apenas 90,0 kg CO₂ para produzir 1 MWh, um índice muito baixo quando se estabelece comparações com países da União, EUA e China. (EPE, 2020)

As fontes renováveis tem uma participação expressiva de 83% na matriz elétrica brasileira. Comparativamente, no mundo essa participação é de 22%. As fontes eólica e solar apresentaram maior variação de uso para a geração elétrica durante o período de (2018/2019). O quadro 1 mostra que eólica e solar apresentaram uma expansão da ordem de 15,5% e 92,3%.

Para proteger o planeta das mudanças climáticas é importante reconsiderar a inserção cada vez mais intensa de fontes renováveis de energia e medidas que incentivem a eficiência energética.

Quadro 1 – Variação Geração Elétrica por Fonte

(Var %)

	2018	2019	Var(%)
Hidrelétrica	388.971	397.877	2,3
Gás Natural	54.622	60.448	10,7
Eólica	48.475	55.986	15,5
Biomassa	52.267	52.543	0,5
Nuclear	15.674	16.129	2,9
Carvão a Vapor	14.204	15.327	7,9
Derivados de Petróleo	9.293	6.926	-25,5
Solar fotovoltaica	3.461	6.655	92,3
Outras	14.429	14.438	0,1
Geração Total	601.396	626.328	4,1

Fonte: Balanço energético - EPE (2020)

2- São geradas como resultado da ação humana, tais como atividades de queima de combustíveis fósseis, agricultura, fabricação de cimento etc

De acordo com o REmap (Renewable Energy Roadmaps) as fontes renováveis podem contribuir, até 2050, em 2/3 da produção primária³ total de energia do mundo. Ainda, segundo o relatório, haverá um aumento para 40% da eletricidade no consumo total de energia final até 2050 – atualmente este valor é de 20% (IRENA, 2018).

De acordo com o Relatório IRENA (2018), 55% das reduções de emissões de GEE estão diretamente relacionadas às decisões de consumo dos indivíduos. Tais decisões passam desde a escolha do utilitário para efetuar a sua locomoção (movida a combustível fóssil ou não), a reestruturação da arquitetura de suas residências (com a adoção de ideias de retrofit que diminuam o consumo de energia) até a simples escolha de qual aquecedor que será utilizado em sua residência.

Discutir os percalços da mudança climática e correlacionar as possíveis soluções tecnológicas, políticas e econômicas disponíveis são urgentes e precisam ser discutidas e respeitadas.

Ao longo dos últimos anos, acordos climáticos, promessas de reduções de emissões, tem sido alinhadas com países desenvolvidos e em desenvolvimento porém o que se observa é o caráter de urgência a cada avanço de década.

No Brasil, em termos de emissões por habitante, cada indivíduo, produzindo e consumindo energia em 2019, emitiu em média 2,0 t CO₂-equivalente, ou seja, cerca de 1/7 de um americano e 1/3 de um cidadão europeu. (EPE, 2020)

Apesar da predominância das fontes renováveis na matriz elétrica brasileira, no setor de transporte, o uso de combustíveis fósseis é significativo. Houve crescimento durante o período de 2018/2019, de 2,67 milhões de tep. No mercado de veículos leves, o etanol hidratado ganhou participação em relação à gasolina automotiva, passando a representar 45% do consumo, contra 42% em 2018. No caso do biodiesel, obteve-se um crescimento de 9,6% (0,32 milhões de tep), impulsionado pela entrada em vigor do B11. Já o consumo de diesel fóssil teve um avanço menor, de +2,2% (0,73 milhões de tep). (EPE, 2020)

3 - A energia primária engloba a energia na forma de recursos naturais, tais como: madeira, carvão, petróleo, gás natural, urânio, ventos, recursos hídricos e energia solar. A conversão da energia primária produz a energia secundária tais como, eletricidade, vapor e gasolina.

A transição energética e a diminuição das emissões de gases de efeito estufa estão no centro da pauta nesse início de século XXI. O alcance dessas metas requer inúmeras transformações – tecnológicas, de hábitos de consumo- de modo a amenizar os efeitos maléficos na atmosfera e na natureza. Esse movimento na direção do novo com quebra de paradigmas e compromissos firmados em acordos climáticos deve perdurar até 2050 quando teremos uma matriz energética mundial dominada amplamente pelas fontes renováveis, utilitários elétricos e medidas de eficiência energética. Agora nos resta aguardar o amadurecimento desses acordos e da implantação dessas tecnologias e seus efeitos com redução da emissão dos gases.